

INVESTIGANDO UMA PROPOSTA MUNICIPAL DO SETOR ESPORTIVO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES DA CAMADA SOCIAL EMPOBRECIDA

Maria Cristina de Meneses Malheiros, Graduada em Educação Física

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, resultado de uma ampla articulação do movimento social desde os anos 70, é uma lei avançada por estender os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, a todas as crianças e adolescentes, além de romper com o modelo repressivo de atendimento, ao dismantelar o antigo Código de Menores, encaminhando a questão da infância e da juventude na perspectiva do reconhecimento de sujeitos de direitos (COSTA, s/d).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, à parte todas as suas contradições, traz também, uma inovação fundamental já em seu primeiro título - *Da Educação*, quando ao definir o que é educação afirma que esta *abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*. (SAVIANI, 1997:163)

O que significa reconhecer os espaços de convivência fora da instituição escola, como espaços de formação humana e de geração de conhecimentos.

É nesse sentido que o presente trabalho buscou caminhar, na perspectiva do reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos e conhecimentos, abordando o *Projeto Dente de Leite* desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte, junto à infância e à juventude da camada social empobrecida, como possível espaço de formação humana, cujo instrumento pedagógico pertence ao corpo de conhecimentos da Educação Física. Os processos formativos dos seres humanos, antecedem e ultrapassam os muros da instituição escolar, dessa forma, os projetos desenvolvidos nas comunidades devem garantir direitos e contribuir para a formação humana dos sujeitos ali presentes.

Muitos programas de esporte para camadas sociais empobrecidas tentam cobrir lacunas e fracassos da escola, da Sociedade, do sistema de distribuição de alimentos, do sistema de saúde e habitação. Essas ações caracterizam-se pelo paternalismo, refletindo uma concepção de esporte e de lazer, que não passa pelo reconhecimento desses como necessidades e direitos sociais.

LINHALES (1998) aponta que o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos não se expressa nas políticas públicas, pelo fato de não existirem, ainda, representações de interesses que defendam satisfatoriamente esses direitos junto ao Estado. Outras representações se fazem presentes, defendendo o esporte como setor produtivo e de bases mercantis. Por isso as ações junto às camadas empobrecidas são carregadas de paternalismo e de utilitarismos (quando servem à descoberta de talentos esportivos, por exemplo). Tais ações não contribuem para fortalecer o setor esportivo como setor de políticas públicas. Muitas vezes os programas são desenvolvidos e percebidos como um "favor" que o Estado presta a estas comunidades.

Acredito que a contribuição que este trabalho pode apresentar é reforçar a necessidade de se proceder avaliações das ações do poder público, visando qualificar o serviço oferecido à população, explicitando os acertos e equívocos. Especificamente em relação à área da Educação Física, esta monografia pode contribuir para ampliar o olhar do pesquisador, assim como a atuação do profissional nas relações Estado-Sociedade, através da participação na formulação e implementação de políticas públicas.

POLÍTICA PÚBLICA, ESPORTE E CIDADANIA

Entendendo *Políticas Públicas* como as ações desenvolvidas pelo Estado, será preciso explicitar as concepções de Estado para compreendermos as suas possibilidades de intervenção.

Segundo BOBBIO (1995), o "liberalismo" apresenta uma concepção de Estado em que este tem poderes e funções limitadas, contrapondo-se ao Estado absoluto e também ao Estado hoje denominado social. Ou seja, não se deveria considerar como obrigação do Estado as questões de sobrevivência, pois estas seriam da esfera do indivíduo. É a fundação da teoria do Estado Mínimo, voltada para a conservação da ordem social vigente: materializando-se em um Estado a serviço da burguesia.

Humboldt¹ defende a concepção de *Estado segurança*, retornando à clássica definição de *Estado-protetor*. Ele argumenta que a única coisa que o homem isolado, com seus próprios esforços, não consegue

¹ ROSANVALLON (1997). Humboldt: filósofo e diplomata alemão, foi uma referência-chave do liberalismo da segunda metade do séc. XIX.

garantir é a segurança contra as *perturbações internas* ou *inimigos externos*. O Estado deve agir no sentido de evitar apenas as ações que ofendam, no presente ou no futuro, a liberdade e a propriedade do cidadão, ou seja, deve impedir a agressão aos direitos desse cidadão.

Historicamente a existência de um Estado liberal se deu em sociedades que permitiam a participação nos Governos, apenas de representantes das "classes possuidoras" (BOBBIO, 1995), ou seja, os cidadãos possuidores de direitos políticos pertenciam à categoria de proprietários (LINHALES, 1998). A crise do Estado liberal clássico foi uma consequência do gradual processo de democratização advindo da extensão do direito de voto à maioria da população, o sufrágio universal.

O Estado liberal clássico ou mínimo se difere do Estado Moderno, por restringir os direitos políticos e entender como sua principal atribuição a defesa dos direitos civis, priorizando o direito de propriedade, em detrimento da incorporação dos direitos sociais. O pensamento liberal interpreta a ação social do Estado como paternalismo e tutela dos mais fracos (idem), por entender, que as desigualdades são resultado do uso que o indivíduo faz da sua liberdade. Conforme ROSANVALLON (1997), o liberalismo clássico explica as desigualdades da seguinte forma: *Provêm do fato de indivíduos poderem decidir trabalhar menos ou correrem menos riscos que outros, por exemplo. Estas desigualdades são, portanto, justas. Traduzem diferenças livremente desejadas e não injustiças sofridas.* (p. 68)

O século XX, portanto, foi marcado pela mudança do caráter restrito do Estado, pela conquista de novos direitos e a consequente ampliação da idéia de cidadania, possibilitando a representação e a defesa de novos interesses, que não só os interesses dos proprietários dos meios de produção, mas das camadas sociais subalternas que se fizeram valer como sujeitos políticos legítimos diante do Estado. Assim, entra na pauta das atribuições do Estado democrático nas sociedades capitalistas, o desenvolvimento de políticas sociais como uma *estratégia pública de redistribuição de renda*. Reconhecer as importantes conquistas das classes subalternas não deve significar, no entanto, desconsiderar-se que a efetivação de políticas sociais está na dependência da participação dos capitalistas, encontrando-se inclusive limitada pela lógica capitalista de acumulação (LINHALES, 1998).

A *política social*, então, fará parte de um contexto de discussão relacionado à ação social do Estado através de um sistema de proteção social intrinsecamente ligado ao conceito de *Welfare State*.² O Estado-Providência foi viabilizado principalmente pelas social-democracias e, considerando as devidas particularidades, também por outros países do ocidente, inclusive o Brasil. No caso do "Estado de bem-estar social brasileiro", a década de 30 marcou o seu início com as transformações ocorridas no Estado e a regulação social nacional. Destacando-se duas fases: 1930/43 e 1966/71, ambas sob regimes autoritários, o que significa que a formulação e execução das políticas públicas não se orientaram por uma concepção integrada de direitos sociais (ZALUAR, 1994). DRAIBE (1990) realiza um estudo sobre a morfologia e dinâmica do Welfare no Brasil e a partir de três tipologias internacionais classifica o caso brasileiro como *Meritocrático-Particularista*³, devido a várias características, algumas em destaque a seguir: adoção do princípio do mérito; conotação *corporativista*; caráter *clientelista*, distribuição primária de renda, caráter compensatório das políticas sociais.

Nas décadas de 50, 60 e 70, em que a extensão dos direitos de cidadania deu-se por meio do sistema de estratificação profissional, via regulamentação das profissões, ou seja, uma *cidadania regulada*⁴ embutida na profissão e não pelo fato do cidadão ser membro da comunidade.

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe contribuições importantes no sentido de *projetar* mudanças que poderiam deslocar o modelo meritocrático-particularista em direção ao modelo institucional-redistributivo⁵, apresentando uma forma mais universalista e igualitária de organização da proteção social no

² O mesmo que Estado de Bem Estar Social ou Estado-Providência. Segundo Sônia DRAIBE (1990): (...) no Estado capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico (...) emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação

³ O *Meritocrático-Particularista* (corporativo e/ou clientelista), considerado o padrão *Conservador* de Estado de bem-estar social: nesse caso a política social só intervém para corrigir, parcialmente, as grandes distorções geradas pelo mercado ou por desigualdades de oportunidades, considerando de responsabilidade de cada um resolver as suas próprias necessidades de acordo com seu mérito, seu trabalho, e sua capacidade profissional e de poder político.

⁴ Conceito apresentado por Wanderley Guilherme dos Santos apud ZALUAR (1994).

⁵ *Institucional - Redistributivo*, é o padrão *Social-Democrata de Welfare State*: apresenta a concepção de política social como um direito, tendo como base a condição de cidadania, os bens e serviços sociais sendo produzidos pelo Estado ("extramercado") e distribuídos gratuitamente a partir de critérios universalistas. Mescla os mecanismos de seguridade social — garantia de renda mínima, integração e substituição de renda, com os equipamentos coletivos públicos gratuitos (em saúde e educação) ou subsidiados como na habitação.

Brasil, ampliando e estendendo os direitos sociais (DRAIBE, 1990). Em relação ao sentido das transformações ocorridas elas se deram a três níveis: no político-institucional com a tendência de descentralização político-administrativa; ao nível da sociabilidade básica das políticas sociais com maior grau de participação popular no processo de decisão, elaboração e implementação das políticas e no reordenamento das relações entre o Estado, o setor lucrativo e o setor não-lucrativo no campo das políticas sociais, que podem alterar as relações entre o Estado e o mercado, o público e o privado e sistema de produção e de consumo dos equipamentos sociais.

Buscando definir o que é "política social" CASTRO (1988) apresenta distinções entre políticas preventivas, compensatórias e sociais. As primeiras sendo um conjunto de ações governamentais buscando produzir o *mínimo de desigualdades sociais*: políticas de emprego, salário, saúde pública, saneamento, educação e nutrição. As políticas compensatórias visando *remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação*: previdência (INPS), educação de adultos (MOBRAL), preparação de mão-de-obra, habitação (BNH) e assistência ao menor (FUNABEM)⁶; e as sociais como as políticas que apresentam a intenção de *redistribuição de renda e de benefícios sociais*, como exemplos: o PIS-PASEP, o FGTS e o FUNRURAL.⁷

DRAIBE apud CASTRO (1988) já conceitua as políticas sociais como *ações de governo de caráter compensatório e redistributivo que, frente aos riscos de perda de renda próprios da dinâmica da economia de mercado ou face aos efeitos mais deletérios do processo econômico, visam complementar uma cesta básica de consumo considerada pela sociedade como o mínimo indispensável de que devem dispor os indivíduos e as famílias para se manterem em condições de bem estar, de dignidade, e de integração à cidadania*. (glossário, p.2)

A discussão acerca das políticas sociais está intrinsecamente relacionada à questão da ampliação da concepção de cidadania. CASTRO (1988) aponta que as democracias modernas ao instituírem a cidadania, asseguraram o *reconhecimento formal dos direitos civis, políticos e sociais*, sendo obrigação do Estado garantir *direitos sociais mínimos e universais* — políticas de saúde, educação, habitação e bem-estar, para diminuir as desigualdades sociais e possibilitar ao cidadão o exercício da sua autonomia. Esta é a dimensão *política* das políticas sociais, apresentando-se como fator de mudança, pois, nas palavras de M.^a. Helena CASTRO, ... *à medida em que elas visam alterar as condições de vida dos setores sociais mais destituídos da população, significam a extensão da cidadania a esses segmentos, via incorporação dos direitos sociais, contribuindo para sua maior capacidade organizacional e política*.

Tratando do conceito de cidadania, LINHALES (1999) com referência em ARENDT (1988), apresenta como elementos fundantes da cidadania — no espaço público constituído para todos, o exercício da liberdade associado ao sentimento de pertencimento. O espaço público, como *espaço legítimo para a experiência da liberdade*, que precisa ser construída a partir da ação política. Mas, *como constituir uma esfera pública capaz de incluir a todos em condições plenas para o discurso e a ação* (LINHALES, 1999), diante de uma realidade social tão perversa?

José de Souza Martins (1997) ao apontar que o processo ao qual chamamos de exclusão cria uma sociedade com um poder paralelo, como é o caso das favelas cariocas, criando uma sub-humanidade⁸, denuncia justamente a "não-cidadania" (TELLES, s/d) ou "cidadania inexistente" (TELLES, 1982 apud LINHALES, 1999), gerando exclusões extremas, que se transformam em *inclusões marginais* na sociedade. Algumas das consequências da não-cidadania têm sido, segundo Vera TELLES (s/d) *o aumento perturbador da criminalidade e da delinqüência juvenil, o crescimento de práticas de justiça privada, de preconceitos e racismo, bem como a convivência com o autoritarismo político ou mesmo com a violência policial (...) Ou seja, a ausência de espaços de reconhecimento e de vínculos propriamente civis, se traduzem na dificuldade de formular os dramas cotidianos, individuais e coletivos, na linguagem pública dos direitos, como exigência coletiva (...) Na ausência da lei, dos direitos e da justiça como referências ordenadoras da vida social ...*(p.:106, 107).

A autora analisa os resquícios da história de nossa sociedade pautada na tradição oligárquica e autoritária, uma sociedade que de fato não viveu a "revolução igualitária", por isso mesmo suas leis somente reforçaram privilégios de grupos que sempre estiveram no poder, não incorporando os valores modernos de igualdade, equidade e de justiça. Por outro lado, Vera Telles (ídem) reconhece o que há de inédito nas lutas sociais recentes, por apresentarem possibilidade de rompimento dessa tradição quando *homens e mulheres podem virtualmente reconhecer-se, para usar os termos de Hannah Arendt, no seu direito a ter direitos (...)*

⁶ As siglas aqui citadas, INPS, MOBRAL, BNH e FUNABEM referem-se a materialização de políticas públicas ainda existente na década 80. A década de 90 marca modificações nessas instituições.

⁷ Esses programas, no entanto, não se constituíram, de fato, redistributivos durante toda a era Vargas, e os que continuam existindo ainda não cumprem essa função.

⁸ (...) *uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos etc.* (MARTINS, 1997, p. 34).

se aloja o desafio de se construir uma sociedade capaz de enraizar a cidadania nas práticas sociais (...) exigências de uma nova contratualidade. (idem, p.: 107,108)

Os processos de reivindicação de direitos e garantia da democracia dos movimentos sociais é o que BENEVIDES (1991) apud LINHALES (1999) reconhece como *Cidadania Ativa* quando a participação popular se apresenta como um princípio democrático, sendo *a realização concreta popular, em um legítimo processo de transformação social, um poder ascendente*, possibilitando criar e recriar a esfera pública.

Em relação ao esporte como direito de cidadania e como política social⁹ a inclusão do esporte na Constituição de 1988, foi de fato uma mudança na estrutura do sistema esportivo brasileiro que culminou na criação da Lei Zico, com a qual conquistou-se a autonomia e o reconhecimento da pluralidade de interesses, no entanto, tal processo foi influenciado pelo embate de interesses liberalizantes e conservadores. Na prática, as ações do Estado continuaram a privilegiar interesses particulares¹⁰.

A nova legislação incorporou o discurso da cidadania e democratização do esporte, no entanto, como o Estado, na perspectiva liberal, não assume suas funções de mediação de interesses, regulação e garantia de igualdade de acesso, na prática, a existência de autonomia e liberdade dos agentes, por si só, não garantem a democratização, mas sim o fortalecimento de grupos que se fazem representar politicamente, com isso excluindo parte considerável da população brasileira, principalmente as camadas mais empobrecidas.

Um agravante à possibilidade do setor esportivo como política social é a transformação do esporte em um produto de consumo, o que enfraquece a idéia do esporte como um direito social, ao mesmo tempo em que legitima a exclusão, já que consumir é um privilégio de quem tem poder aquisitivo, não sendo esta a realidade de grande parte do povo brasileiro.

No Brasil, salvo as exceções que já se apresentam no contexto das políticas sociais no setor esportivo, o que tem marcado a sua história são os projetos de esporte que ora incorporam características assistencialistas, existindo com variadas precariedades, ora, voltam-se para a preparação de "mão-de-obra" para o esporte de alto rendimento.¹¹

PROGRAMAS MUNICIPAIS DE ESPORTE

Buscando investigar a atuação do Poder Público na implementação de políticas públicas no setor esportivo, voltadas à camada social mais empobrecida, desloquei meu olhar para os projetos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), mais especificamente, para a Secretaria Municipal de Esportes (SMES).

A coleta de dados foi realizada no primeiro semestre de 1999, através de visitas sistemáticas ao projeto com a construção de um diário de campo, além das entrevistas semi-estruturadas aplicadas às crianças e adolescentes participantes, à diretora da escola, aos monitores e auxiliares, e aos coordenadores do projeto.

O *Projeto Dente de Leite* foi criado pela SMES/PBH e vem sendo executado em parceria como a *Associação de Garantia ao Atleta Profissional* (AGAP). Ele integra o Programa Criança-Adolescente da SMES. Iniciou-se em agosto de 1994¹², visando atender, principalmente, às crianças da camada social mais empobrecida, na faixa etária de 9 a 17 anos, através da oferta, fora do horário escolar, de escolinhas de futebol de campo, em 9 núcleos distribuídos nas 9 regionais da cidade. Uma exigência para a participação no projeto é estar matriculado e frequentando a escola.

Apresenta como objetivos¹³:

⁹ Este tema foi abordado por Meily Assbú Linhares: na dissertação de mestrado intitulada *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Março/96, FAFICH/UFMG e no artigo de 1997.

¹⁰ A trajetória política do setor esportivo no Brasil, desde a década de 30 foi marcada por princípios tutelares, corporativos, arbitrários, com uma ação clientelista, populista, com reserva de mercado e de poder. A esse respeito, ver também a dissertação de mestrado de Marilita A. A. Rodrigues intitulada *Constituição do Sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube*. Setembro/96, EEF/UFMG.

¹¹ A esse respeito ver Alba Zaluar (1994) e Meily A. Linhares (1997) e (1998).

¹² No ano de 1994 o Secretário Municipal de Esportes era João Leite, ex-jogador de futebol, importante representante da bancada evangélica na Câmara Municipal de Vereadores, do qual deriva o próprio nome do projeto. O então Secretário, inicialmente, tinha um outro projeto que atuava com meninos de rua, mas não era oficial e não foi sistematizado, de forma que não se têm registros. Esse projeto teria influenciado a criação do Projeto Dente de Leite. O primeiro não logrou, segundo o entrevistado, devido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ter avaliado o projeto como fator de fortalecimento de lideranças negativas dentro dos grupos de *meninos de rua*, pois os líderes de rua começaram a definir quem poderia ou não participar da atividade. Nessa época, a Gestão do Prefeito Patrus Ananias (PT) colocou como prioridade absoluta o atendimento ao grupo social denominado *meninos de rua*, sendo que todas as secretárias foram chamadas a responder por essa problemática.

¹³ O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995, p. 113.

- 1) "atenuar o problema da 'criança de rua', evitando que elas saiam de sua região e venham a se tornar delinquentes no centro da cidade";
- 2) "oferecer às crianças uma ocupação saudável, levando-as a vivenciarem a disciplina, o respeito e a educação";
- 3) "atender a demanda dos clubes de futebol amador, cujos campos que utilizam permanecem ociosos de 2ª a 6ª feira, democratizando assim espaços disponíveis em BH"; e finalmente,
- 4) "aproveitar a mão de obra experiente dos ex-atletas de futebol filiados à AGAP, representando um benefício social de mão de obra".

Em 1995, onze meses depois de iniciado, o Projeto Dente de Leite apresentava-se com a seguinte configuração: "21 núcleos distribuídos em todas as 09 regionais da cidade, atendem aproximadamente 3.000 (três mil) crianças."¹⁴ Em julho de 1999, compunha-se de 31 núcleos¹⁵, contando com os serviços dos instrutores de futebol de campo, ex-jogadores de futebol filiados à AGAP, denominados monitores e também com um auxiliar de comunidade em cada núcleo. Hoje o Projeto atende em torno de 4.700 crianças e adolescentes, com a pretensão de estendê-lo para 36 núcleos, sendo 4 em cada uma das 9 regionais.

O Núcleo Riviera foi o escolhido devido ao público atendido, à localização próxima à escola e devido à colocação do técnico da SMES acerca do trabalho social realizado, é um dos núcleos mais antigos do projeto. Localiza-se ao lado da Avenida dos Andradas no Alto Vera Cruz, atende uma população com grande carência material. Apresenta o melhor trabalho social, devido à característica de atuação do Monitor, morador do Bairro vizinho, Vera Cruz. O campo é de terra e situa-se ao lado de uma escola.

Entre os meses de maio, junho e julho de 1999, realizei nove incursões semanais a campo, observando os acontecimentos, desenvolvendo conversas informais, participando de uma das reuniões mensais da SMES com todos os monitores do Projeto Dente de Leite, e entrevistando os sujeitos envolvidos.

Inicialmente, o Projeto Dente de Leite contou com a *boa vontade da comunidade* em ajudar, portanto, o auxiliar de comunidade não seria remunerado, essa função caberia aos voluntários. No entanto, isso não funcionou e a Secretaria resolveu contratar os auxiliares. Iniciou-se uma nova fase no projeto de maior proximidade com as comunidades, tendo o auxiliar como uma *ponte* entre as partes. As exigências para se ocupar essa função são: morar na própria comunidade, ser indicado pelas lideranças comunitárias e/ou presidentes dos clubes amadores e ser aprovado na avaliação feita pelos coordenadores e psicóloga da SMES. Necessariamente não precisa ter experiência com o futebol, mas a maioria tem. Na ficha de avaliação que preenchem informam dados da sua vida, das experiências profissionais, inclusive com crianças e adolescentes, sobre o que já sabe do Projeto Dente de Leite e os cursos que possui.

Até onde foi possível perceber através dos contatos realizados durante a pesquisa, a atuação tanto do auxiliar de comunidade e do monitor/ex-atleta de futebol, varia de acordo com as características pessoais de cada um, o que ficou claro na fala de um dos coordenadores a seguir:

O trabalho social é feito quando o monitor faz, tem instrutor que é só ex-jogador.

No Núcleo do Riviera, tanto o monitor quanto o auxiliar da comunidade possuem experiência no futebol. O auxiliar é *professor* em duas escolinhas particulares de futebol, inclusive federadas, e já frequentou dois cursos de educação física do CEDEF. O monitor é ex-jogador profissional de futebol, com 16 anos de experiência nessa profissão. Fez o curso de capacitação de treinadores na UFMG e também o curso do CEDEF. De acordo com o auxiliar, as funções dos dois no Núcleo Riviera se confundem, por ambos terem a experiência com o futebol e já serem amigos há um bom tempo. Na ausência do monitor, o auxiliar assume o treinamento com os meninos.

Junto à SMES, além do trabalho no Projeto Dente de Leite, ambos são convocados para trabalhar nos eventos promovidos pela secretaria aos finais de semana, como a corrida rústica, ruas de lazer e campeonatos.

Segundo o monitor, inicialmente, na gestão anterior, eles recebiam gratificações para o trabalho aos finais de semana, e ganhavam quatro salários mínimos pelo Projeto Dente de Leite. Hoje, o salário está em torno de três salários mínimos, que engloba toda a prestação de serviços à SMES. O seu trabalho no projeto envolve desde ensinar o futebol de campo, acompanhar o desenvolvimento/comportamento na escola, organizar a festa do mês da criança, até levar o menino ao posto médico do bairro. Houve momentos em que uma criança não estava estudando e desejava participar do Dente de Leite, o monitor foi à escola conseguir uma vaga para ela. Já os auxiliares recebem cento e quarenta reais mensais. Segundo o monitor, o núcleo Riviera já recebeu novos integrantes do projeto para fazer estágio. O pagamento de monitores e auxiliares do Projeto Dente de Leite é operacionalizado através do repasse de recursos à COTRAMIG, a cooperativa a qual eles pertencem.

Quanto à capacitação para atuarem no Projeto, o auxiliar da comunidade disse não ter feito nenhum curso, além de participar de reuniões na SMES. Já o monitor relatou que assim que implantaram o projeto,

¹⁴ *Ídem.*

¹⁵ Conforme texto *Planejamento Pedagógico* do projeto, fornecido a mim em 19/07/99.

eles começaram a trabalhar e assistiram a palestras e cursos voltados para o trabalho social. Mas afirma que se não fosse a sua experiência de vida, de mais de 15 anos como atleta profissional, convivendo com todas as classes sociais, ele teria se perdido no trabalho do Projeto Dente de Leite. Relatou que os cursos que fez foram promovidos pela SMES ou pela AGAP. Fez um curso pelo SINDBOL (Sindicato dos treinadores de Minas Gerais), cujo os professores eram da UFMG e também, pela CBF, onde aprendeu muito.

Os coordenadores do projeto confirmam que a capacitação dos monitores e auxiliares tem sido realizada através das reuniões mensais e de palestras e cursos, mas não especificaram que tipos de cursos. Na ocasião da reunião mensal da SMES com os monitores¹⁶, alguns desses estavam frequentando o curso para treinadores com professores da Escola de Educação Física da UFMG. Durante a reunião houve a convocação dos auxiliares para o Curso de capacitação de Rua de Lazer e foram oferecidas vagas para os cursos de balão pula-pula e cama elástica, para os interessados.

O monitor e o auxiliar do Núcleo Riviera desenvolveram uma aproximação com a Escola Estadual Engº. Prado Lopes, situada ao lado do campo, e na qual estudam grande parte das crianças do Projeto. O monitor esclarece: *antes a diretora vivia gritando, nervosa e não sorria, hoje ela é mais relaxada*, e relata um episódio em que uma criança estava com problemas em casa, havia brigado com o padrasto porque este, com o efeito da bebida, agrediu a sua mãe, e esta não queria separar-se do marido. O menino estava muito agressivo e não participava das atividades da escola. A professora, sem estar a par dos acontecimentos, pediu ao monitor do núcleo Riviera que suspendesse o garoto dos treinos, devido ao mau comportamento. No entanto, o monitor refletiu que não poderia fazer isso, pois a criança estava precisando de apoio.

Em entrevista dada para a pesquisa, a diretora da escola relatou que a parceria com o projeto foi desde o início, pois foi preciso verificar o horário de aula das crianças para elas participarem do projeto no outro horário. Disse que o seu contato sempre foi com o monitor do núcleo Riviera, que vai até à escola e nunca com algum outro representante da SMES ou da Prefeitura. Avaliou a contribuição do projeto da seguinte forma:

Eu avalio assim: primeiro o interesse da criança em jogar bola é muito grande, e nós, sempre que a gente pode conversar, principalmente com o monitor, a gente pede para ele interferir. Se não é participativo dentro da escola, ter algum tipo de, de até, seria punição. De ficar impedido de fazer alguma coisa lá na parte de jogar bola.(...) já que são nossos alunos, que dependem de estar matriculados para poder participar do projeto, então que essa cobrança fosse maior, que não só o aluno estar dentro da escola, mas olhar se ele tem um bom comportamento, se ele tem bom APROVEITAMENTO, né?(...) sempre quando tem um campeonato, nós temos que preencher um documento, dar uma declaração que o aluno é frequente, tem bom comportamento. E às vezes são meninos que deixam a desejar, a gente fica naquela pressão, até pressionada pela família.

A diretora reconhece que houve uma certa melhora de comportamento dos meninos com a escola, devido a influência do monitor do projeto Dente de Leite. Os meninos, segundo ela, ao contrário do comportamento na escola, são muito disciplinados no projeto e respeitam muito os monitores, isso, apenas, devido ao interesse em jogar bola.

O monitor relatou que com o trabalho desenvolvido eles ajudaram a organizar a escola. Foi ele quem pediu os guardas para a escola, podendo utilizá-la aos domingos quando tem jogos, pois ele tem uma cópia da chave do portão. Antes os vidros eram todos quebrados de fora para dentro, hoje alguns vidros são quebrados de dentro para fora com as brincadeiras dos alunos.

Conversei ou realizei as entrevistas com oito meninos do projeto: 3 de 12 anos, 1 de 10, de 13, de 14, de 17 e de 18 anos. Todos estudam e estão nas séries correspondentes às idades, apenas os dois de 17 e 18 anos não estão estudando. Na percepção deles o Projeto Dente de Leite no núcleo Riviera, foi uma ótima conquista para a comunidade. Consideram o projeto importante porque ajudou a diminuir a destruição do campo, cria um ambiente em que se pode fazer amizades, abre possibilidade de serem profissionais do futebol, e muitos falaram do projeto evitar que eles fiquem na rua ou na *malandragem*.

Um dos meninos esclarece porque eles não devem ficar na rua dizendo que ela é perigosa *por causa que tem muito malandro que fica dando tiro atoa, aí é perigoso acertar na gente*. Por outro lado, disseram que o que fazem na rua é soltar papagaio, andar de bicicleta, jogar bola, bater "peladinho". Um deles disse que sai do seu bairro para soltar papagaio em outros bairros. Outro disse que foi nas Barraquinhas, e lá estava *todo mundo cheirando loló, fumando*, aí ele não foi mais. O seu amigo disse que ainda vai

Ao serem perguntados sobre o que deveria ser melhorado no projeto, eles deixaram alguns recados para a SMES, como quem está de fora do projeto poder participar no lugar de quem está dentro, mas fica *avacalhando* os treinos, desinteressados, e mais:

Podia melhorar algumas situações, arrumar mais o campo, cortar as gramas do lado de lá, os matos, fazer uma arquibancada, aumentar as telas do lado de lá também (...) pra gente não ficar atravessando essa avenida toda hora, é perigoso...

¹⁶ Em 02/07/99.

... mas eu queria que colocasse arquibancada, por causa que todo mundo fica rodeando o campo, querendo ver o jogo, sabe? E na arquibancada não, ficava todo mundo assentadinho, igual lá no campo do Pompéia, vai ficar até melhor um pouquinho, o vestiário eles tão fazendo...

Os meninos expressam a vontade de um dia ser um atleta profissional, mas o monitor esclarece que *esse negócio de profissionalismo, a gente sempre coloca para eles que isso é uma questão de sorte também, porque muitas vezes o menino pode ser bom de bola mas não dá sorte de ser um profissional. (...) às vezes pode ser um craque de bola, igual tem menino aqui que era considerado um Pelé no futebol e hoje está atrás das grades. O principal mesmo é o estudo, é eles se formando, tendo o 2º grau já é uma grande coisa, fazer um curso de informática, ter uma coisa paralela para se não der certo no futebol, está agarrado em outra coisa.*

Justifica dizendo que o objetivo do projeto não é esse

A gente vê menino que tem talento, mas nós não temos tempo para trabalhar esses meninos, porque são muitos (...) a gente procura dar o mesmo direito para todos, mesmo sabendo que aquele tem condições, que aquele vai evoluir mais do que o outro.

Quanto à relação do núcleo Riviera com a SMES, ao ser indagado sobre a organização do trabalho feito com as crianças, quando é feito o planejamento e se a Secretaria passa um planejamento escrito, se eles constróem juntos, o monitor esclareceu

Tudo é criatividade do próprio treinador. Nós é que criamos nosso método de trabalho, a gente implanta aquilo que a gente já fez curso para trabalhar com as crianças em determinada idade. A gente tem uma orientação técnica de como trabalhar com os meninos. Agora a criatividade do treinamento depende muito do treinador, da boa vontade também do treinador.

O monitor explica que eles têm acesso aos planejamentos nos cursos que realizam, mas que nas reuniões pedagógicas na SMES eles não trabalham juntos, criando planejamentos, trocando experiências.

Quanto à avaliação do projeto os coordenadores argumentam que ela é feita constantemente, *através de um conteúdo, o que vai percebendo, vai procurando implementar dentro no projeto. A avaliação principal tem sido a avaliação da comunidade sobre o projeto*

Tem gente que chega aqui, não conhece o projeto e sai daqui chorando, pedindo o projeto na localidade.(...) a avaliação hoje, está na comunidade, a participação dela, o envolvimento (...) o monitor está ali fazendo o trabalho, o pai quer que o filho aprenda, então, o pai liga para a gente, informa para a gente, é esta participação que nos dá uma avaliação do sucesso que é o projeto.

Um dos coordenadores argumenta que essa *avaliação maior* deve ser feita pela comunidade, pois é ela quem paga impostos e a quem a Instituição Pública está prestando serviços, e acrescenta *que uma avaliação geral hoje, em termos de projeto, é nota mil, em termos de melhoria, digamos que é 60, em uma escala de 0 a 100, devido às limitações financeiras.*

A coordenação tem feito a avaliação sobre os monitores. Tal avaliação tem se pautado nos seguintes itens: comportamento, tipo de aula dada, presença, a quantidade de alunos que ele consegue manter e trabalhar e a influência dele na comunidade. Todo mês o monitor tem que apresentar um relatório com os seguintes dados: dias da semana trabalhados, horários, número de alunos, faixa etária, atividades desenvolvidas extra aula com o número de participantes e se houve presença dos pais, e por fim, necessidades surgidas durante o mês.

ANALISANDO DADOS COLETADOS NO PROJETO DENTE DE LEITE

A partir das leituras das entrevistas realizadas e das anotações do diário de campo, um primeiro aspecto a chamar a atenção foi a impregnação na fala dos vários sujeitos pesquisados da necessidade de uma "cultura" de favorecimento, independente da pessoa apresentar-se gabaritada a ocupar determinada posição, ou ter direito ao trabalho ou à prática do esporte, o que demonstra uma incorporação no senso comum, da histórica característica de clientelismo e paternalismo das relações políticas brasileiras.

(...) ele já tinha feito essa promessa para eu trabalhar no projeto e quando saiu, realmente eu tive essa oportunidade. Mas eu não lembro da influência de partido, eu lembro do convite de um amigo, e é uma coisa que me interessou muito.(monitor)

Analisando os objetivos propostos para o projeto e o entendimento dos profissionais envolvidos acerca dos mesmos, percebe-se que há uma concordância quanto ao caráter social do trabalho com as crianças e adolescentes. Esse social se traduzindo em passar valores de comportamento e na tentativa do monitor e do auxiliar da comunidade de intervirem na realidade das crianças acompanhando a situação escolar, de saúde, familiar.

O trabalho do projeto inicialmente era bem social. Era tirar os meninos da rua, tirar os meninos do vício da droga (...) quando eu cheguei aqui no projeto Dente de Leite aqui, existia aqui umas peladas, e ela agredia até o próprio ser humano, eles não se respeitavam. (monitor)

A designação de *social* pressupondo ser o trabalho realizado diferente daquele que visa o desenvolvimento de talentos esportivos. Há o entendimento de que a prioridade é a criança, apresentando a

contradição de ao mesmo tempo em que se busca uma intervenção no momento presente da vida da criança, no sentido de evitar o envolvimento com drogas, por exemplo, faz-se o discurso da criança como "um vir a ser no futuro":

o primeiro objetivo é a criança, né, trabalhar a cabeça da criança, sobre a marginalização, pra não entrar em droga, a criança tem que tá estudando, o principal objetivo do projeto é esse: é trabalhar a criança, é formar a criança pra ela um dia ser alguém, ser um HOMEM, né? (auxiliar da comunidade)

No Projeto Dente de Leite o Núcleo Riviera é tido como o núcleo modelo, principalmente no trabalho social, no entanto, o monitor desabafa dizendo que a Secretaria deveria participar mais oferecendo melhores condições de trabalho. O lanche, que muitas vezes falta, é servido aos meninos com as mãos sujas devido à falta de infra-estrutura. A água para beber busca-se na escola ao lado e todos bebem no mesmo copo. É atrás do muro da escola, onde tem sombra que é deixado sobre uma pedra o material, a água e o lanche.¹⁷ O campo do Riviera é de terra e tem muita poeira. Segundo o monitor o carro pipa não consegue entrar no campo para jogar água porque não foi feito um portão grande no alambrado, no entanto, a PBH financiou a construção de três quadras ao lado do campo. Estas quadras tiveram que ser refeitas devido ao primeiro serviço ter sido mal feito. Ou seja, o poder público não verificou a real necessidade do projeto e da comunidade.

Essa situação aponta para duas questões importantes: planejamento anual ou periódico e avaliação intencional e sistematizada do projeto. É fundamental que a ação do Poder Público seja avaliada, para se traçar no planejamento anual novas metas a serem atingidas a partir das demandas surgidas com o desenvolvimento do projeto junto à comunidade. Por exemplo, no núcleo Riviera o monitor e o auxiliar atendem por conta própria uma demanda da comunidade, que não foi incorporada oficialmente ao projeto: o atendimento às crianças menores de nove anos de idade, mais precisamente, crianças de 4 anos e meio a 8 anos.

Os coordenadores do Projeto Dente de Leite apontaram que um avanço importante do projeto tem sido a busca de uma melhor qualidade no contato e envolvimento da comunidade no projeto. Essa mudança tem acontecido na forma de implantação do núcleo, que antes era de uma forma *politicamente autoritária*, pois a SMES definia a priori a localidade sem consultar os moradores da região, sem conhecer as reais demandas. Hoje, com a presença o auxiliar da comunidade, pretendem qualificar ainda mais a participação da comunidade no projeto.

No texto do planejamento pedagógico fornecido para a pesquisa, no entanto, ainda não foi incorporado esse novo direcionamento, pois a metodologia proposta só diz do nível de treinamento do futebol, *iniciação*, apontando a necessidade de formação de turmas de *aperfeiçoamento* para os meninos que já apresentam habilidades desenvolvidas. Outras contradições explicitam-se entre o que se propõe a atingir e as indicações metodológicas, apenas no quadro de cronograma anual das atividades, aparece indicação de três momentos para discussão de temas relacionados à comunidade. Na introdução diz-se:

Este planejamento propõe dar subsídios e conhecimentos aos monitores com um conjunto de procedimentos conceituais, didáticos e técnicos, eficazes para o aprendizado do futebol, com a concepção não só de revelação de talentos, mas sobretudo com a preocupação de formação integral do ser humano e sua preparação para a cidadania.

E nos objetivos gerais fala-se

Dar condições às crianças de praticar e aprender a técnica do esporte, proporcionar um lazer e um desenvolvimento físico, cognitivo e social. Formação integral dos alunos nos aspectos físico-psico-social, ajudando-os no desenvolvimento social, crítico e, principalmente, o gosto pelo esporte

É preciso clarear o que se entende por *cidadania* e por *desenvolvimento social* e *crítico*. Pelo uso dessas palavras posso deduzir que a cidadania é a participação consciente na vida em sociedade e, considerando ainda a fala dos coordenadores do projeto, na tentativa de superar o caráter assistencialista e moralista, reconhecendo o direito da criança ao esporte e ao lazer, posso pensar na criança e no adolescente que através do acesso ao conhecimento, vivencie a *cidadania ativa*¹⁸, participando juntamente com a sua comunidade da reivindicação dos seus direitos sociais, civis e políticos. Será preciso, portanto, examinar os aspectos importantes que estão em volta do esporte, que podem ser trabalhados, tais como educacionais, sociais e psicológicos¹⁹. Que conhecimentos podemos adquirir a partir da prática do esporte, como um direito e um dos ricos elementos da cultura corporal, e do entendimento do papel que o esporte vem ocupando na sociedade? Sociedade que exacerba a individualidade, o consumismo, e promove desigualdades sociais.

Outro aspecto apontado pelo monitor como crucial para a Secretaria estar atuando é na garantia de retroguardas ao trabalho desenvolvido com as crianças: apoio psicológico, médico-odontológico e de

¹⁷ O lanche era composto de biscoito creme crack, doce de amendoim e água.

¹⁸ Ver explicação no capítulo 1.

¹⁹ Planejamento pedagógico do Projeto Dente de Leite, Introdução.

assistência social às crianças e suas famílias, assim como um apoio pedagógico de outros profissionais para tratar de temas como violência, drogas, sexualidade²⁰. Estas reivindicações dizem das demandas apresentadas pela comunidade e da necessidade da Secretaria Municipal de Esportes desenvolver um trabalho mais integrado com as outras secretarias da Prefeitura e outros parceiros, idéia que é reforçada também por um dos coordenadores do projeto

Esse é o grande problema do serviço público, falta de integração das secretarias (...) cada uma quer mostrar o seu trabalho por causa de quê? Vai cair num vínculo político.

Essas reivindicações dizem também, do objetivo do projeto de empregar os ex-atletas de futebol como monitores, uma proposta muito interessante e que se concretizou ao longo dos anos de existência do projeto. Esta proposta necessitaria ser implementada com capacitações sistemáticas dos monitores e auxiliares para que o trabalho educativo e social exista porque é fundamental em um projeto dessa natureza, e não atrelado às características pessoais dos profissionais envolvidos.

A questão do trabalho proposto no projeto ser educativo, de formação mais ampla, aparece com a contraposição de uma outra questão que é a preparação de talentos para o esporte profissional. Percebe-se isso a partir da fala dos coordenadores explicando o que significa o projeto objetivar o atendimento à demanda dos clubes de futebol amador:

Os clubes, poucos estavam trabalhando na formação das bases e consequentemente a formação de atleta pelo próprio clube era difícil, eles tinham que contratar para poder mostrar alguma novidade. Com o Dente de Leite os talentos que surgissem a gente pensava, e como aconteceu, em oferecer ao Atlético, Cruzeiro ou América, ou aos times de bairro mesmo

Por outro lado, argumentam que isso é um tipo de compensação pois o projeto nunca foi criado para ser um projeto competitivo, foi sempre visado o lado sócio-educativo e resume-se o objetivo do Projeto Dente de Leite como:

um projeto que tenta ocupar o tempo ocioso da criança para que ela não venha a se tornar um menino de rua (...) a gente não entra em competitividade, a gente vai trabalhar ela fisicamente, não, ela vai aprender, digamos assim "boas maneiras", é a convivência social, a coletividade com os colegas, o respeito, a bola é só um chamariz desse trabalho.

E mais,

que toda criança tem direito ao esporte, ao lazer, à saúde, etc., são os direitos do cidadão. E é obrigação da Secretaria Municipal de Esportes abrir frentes em que as crianças possam ter oportunidades de esportes.

Mas os coordenadores apontam que um problema no projeto tem sido a influência do ambiente competitivo de onde vêm os monitores com a experiência do esporte profissional, gerando nas crianças uma ansiedade de ser vitorioso. O que nos remete novamente à necessidade de capacitação sistemática dos monitores. No núcleo do Riviera eles não percebem tanto essa competição, pois o monitor tenta mostrar às crianças que nem sempre se ganha.

Se a criança é um sujeito de direitos, ela tem direito também ao conhecimento produzido que é o aprendizado do futebol propriamente dito, um dos componentes da cultura corporal de movimento, com suas técnicas e sua inserção histórica na sociedade. Um esporte que apresenta as suas belezas, mas também as suas contradições, principalmente em relação às expectativas das crianças pobres de chegarem ao profissionalismo, e suas poucas possibilidades para isso, devidas também, às características próprias do esporte moderno. Este é um aspecto que a Secretaria precisa estar atenta, pois a bola ser *só um chamariz desse trabalho*, não pode significar um acesso precário das crianças ao aprendizado do futebol e de suas implicações na construção de valores e sua contribuição na massificação do comportamento dos indivíduos na sociedade.

CONCLUSÃO

Assim como parte dos dados coletados não foram utilizados nessa monografia, com certeza, questões ficaram pendentes e devem ser aprofundadas acerca das relações Esporte-Estado-Sociedade.

A Constituição Brasileira de 1988 favoreceu a descentralização político-administrativa, ao transferir o espaço político e institucional das políticas sociais para a esfera municipal. Isso pode ser constatado nessa monografia, que buscou investigar a atuação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no setor. Anteriormente a 1988, conforme ZALUAR (1994), foi promovido o programa Recriança, como resultado de uma política pública desenvolvida pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência, portanto, de abrangência nacional. Mas será que a descentralização político-administrativa tem promovido, de fato, a democratização dos serviços sociais, quando uma das principais dificuldades apresentadas pela coordenação do Projeto Dente de Leite, refere-se a falta de recursos financeiros? De acordo com DRAIBE

²⁰ O monitor admite que não tem formação para trabalhar estes temas com as crianças e adolescentes.

(1990), *a descentralização de responsabilidades e encargos sem os correspondentes recursos pode ser tão-somente mais uma forma arbitrária de reduzir o gasto social* (p.35).

Esta é uma questão que depende de um maior aprofundamento no estudo acerca das finanças e aplicação de recursos públicos. No presente trabalho busquei entender como obrigação do Estado o desenvolvimento das políticas sociais, um Estado que atua como mediador de interesses, que regula e garante a igualdade de acesso, um Estado que é mais que um *companheiro*²¹ da população. Esse entendimento contraria o pensamento liberal, visto este considerar a ação social do Estado como paternalismo e tutela dos mais fracos.

Essas reflexões precisam ser consideradas ao se pensar/propor a autogestão de serviços pela própria comunidade. Um dos coordenadores do Projeto Dente de Leite esclarecendo qual a função da Prefeitura em relação à prática esportiva, argumenta

Cada vez mais os órgãos públicos têm que oferecer condições para as próprias comunidades se autogerirem, para elas criarem sua força de trabalho, seu espaço, para não ficar dependendo de relações paternalistas. (...) e lutar através dos orçamentos participativos.

É preciso ter clareza de quais são as obrigações do Estado, principalmente, com os mais pobres e despossuídos da sociedade, e não confundir com paternalismo a ação do Poder Público na garantia do direito à vivência plena da cidadania, que significa cada ser humano poder usufruir dos direitos civis, políticos e sociais. No processo do Orçamento Participativo, espaço político de atuação dos indivíduos e suas comunidades, é preciso que a ação do Poder Público seja de garantir o espaço democrático, exercendo a sua função mediadora, e de regulação do jogo de interesses, buscando dismantelar os *lobis*, e consequentemente, não contribuindo para privilegiar interesses particulares de alguns grupos em detrimentos de outros.

BIBLIOGRAFIA

- BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social** - Porto Alegre: Magister, 1997, 2ª ed..
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Estado e políticas sociais**: principais abordagens teóricas. Belo Horizonte: IRHJP/FAE/MEC.1988. (Mimeo).
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. **De menor a cidadão** - Distrito Federal: Ministério da Ação Social, s/d.
- DRAIBE, Sônia Maria. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. IN: **Para a década de 90: diagnóstico e perspectivas**. IPEA/IPLAN. Brasília, 1989, volume 4.
- GONTIJO, Peter de Figueiredo. Projeto Dente de Leite. IN: PBH/SMES. **O Lúdico e as políticas públicas**: realidade e perspectivas. Belo Horizonte, 1995
- GUIRALDELLE Junior, Paulo. **Educação Física Progressista** - São Paulo: Loyola, 1991.
- LINHALES, Meily Assbú. Políticas Públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. IN: SOUZA, Eustáquia S. de. VAGO, Tarcísio Mauro (org.). **Trilhas e Partilhas**: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Cultura, 1997.
- _____. Ponto de Vista: são as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano X - nº.11 - julho 1998.
- _____. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. **Licere**: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação/EEF/UFMG, volume 2, nº. 1, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- PINTO, Fábio Machado. **Pequenos Trabalhadores, sobre a educação física, a infância empobrecida e o lúdico numa perspectiva histórica e social** - Florianópolis: Gráfica da UFSC, 1995.
- ROSANVALLON, Pierre. **A Crise no Estado-providência** - Goiânia: Editora da UFG; Brasília: Editora da UnB, 1997.
- SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas - Campinas, S.P.: Autores Associados, 1997. (Coleção educação contemporânea).
- TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**: precariedade e condições de vida.(s/d).
- ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso** - São Paulo: Escuta; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

Endereço: Rua Orlando Lima Melo, 653, Xangri-lá, Contagem, MG. Cep.: 32186010. Tel. (31)33541280.

²¹ Expressão utilizada por um dos coordenadores do Projeto Dente de Leite.